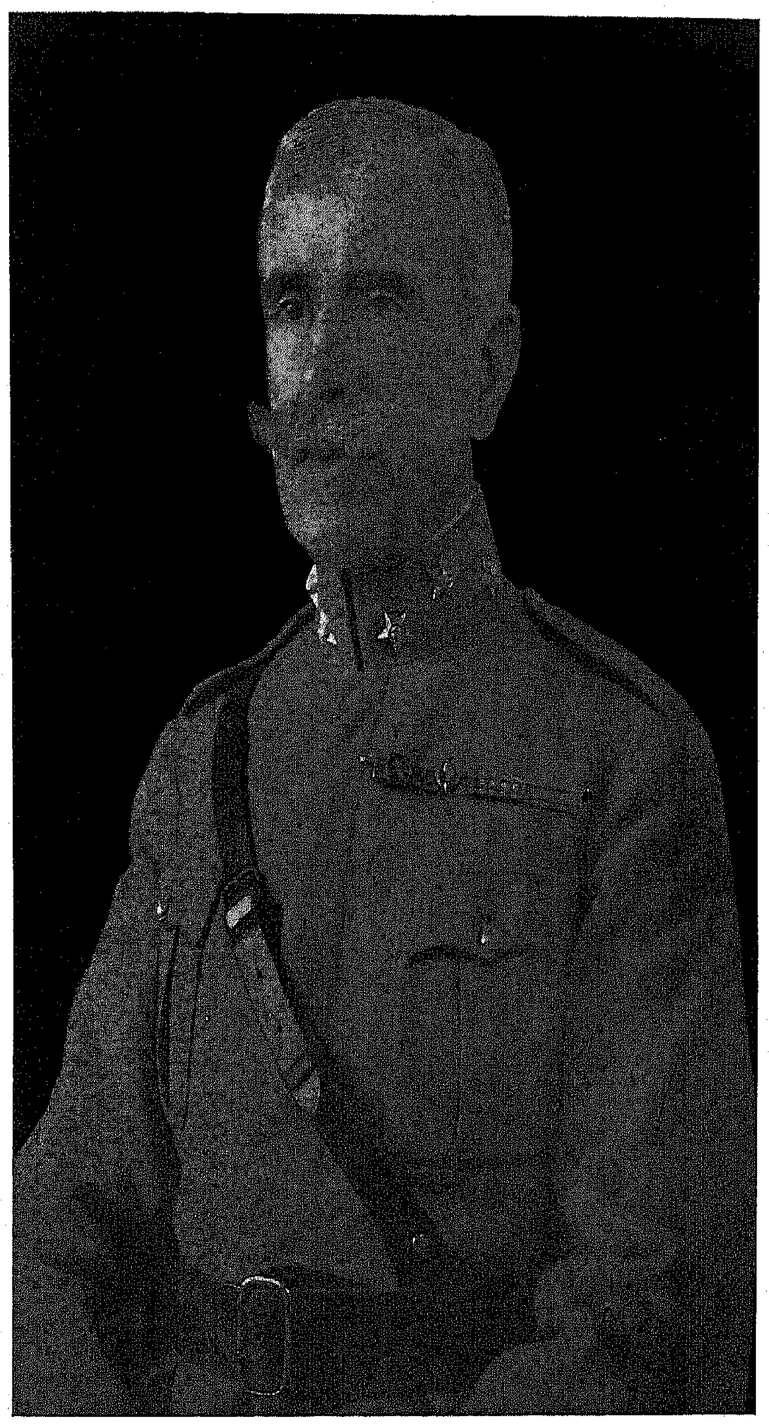
ELOGIO

DO

GENERAL J. J. TEIXEIRA BOTELHO



ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA

ELOGIO DO GENERAL J. J. TEIXEIRA BOTELHO

2037

LISBOA MCMLVII

TÁBUA DAS MATÉRIAS

Págs.

RELATO DA SESSÃO 9

ORAÇÃO DE ABERTURA 11

José Caeiro da Mata

ELOGIO DO GENERAL J. J. TEIXEIRA BOTELHO 19

Eduardo Brasão

RESPOSTA 31

Domingos Maurício Gomes dos Santos S. J.

RELATO DA SESSÃO

NO dia vinte e cinco de Janeiro de mil novecentos e cinquenta e sete, pelas dezassete horas, reuniu-se a Academia Portuguesa da História, em sessão extraordinária, na Rua da Escola Politécnica, número cento e sessenta e sete, primeiro andar.

Presidiu o Senhor Professor Doutor José Caeiro da Mata, secretariando o Senhor Professor Doutor Damião Peres. Na assistência encontravam-se muitos académicos, grande número de pessoas da família do General Teixeira Botelho, altos funcionários do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo e o Reverendo Dr. Paulo Durão, S. J., Director da revista Brotéria.

O Senhor Presidente, ao abrir a sessão, pronunciou palavras relativas à homenagem que se ia prestar a um académico falecido e, a seguir, concedeu a palavra ao académico de número Senhor Dr. Eduardo Brasão, a fim de fazer o elogio do seu antecessor na cadeira General José

Justino Teixeira Botelho, e, depois, ao académico de número Reverendo Dr. Domingos Maurício Gomes dos Santos, para lhe responder.

No fim, o Senhor Presidente agradeceu aos dois académicos a forma brilhante porque se desempenharam do encargo que lhes fora confiado em cumprimento das praxes académicas e agradeceu, também, a presença da família do General Teixeira Botelho, assim como a dos demais assistentes.

ORAÇÃO DE ABERTURA

PELO

Presidente da Academia

JOSÉ CAEIRO DA MATA

COMEÇO por tranquilizar V. Ex.as: não vou fazer um longo discurso. Avalio bem o natural e ansioso interesse de todos em ouvir os dois oradores desta sessão — dois académicos consagrados e duas prestigiosas figuras da intelectualidade portuguesa.

Recebemos hoje nesta casa, que tão preciosa colaboração lhe deve, um novo académico de número, que à Pátria, às letras portuguesas e à historiografia nacional vem prestando — não posso dizer desde há muito porque se trata de um jóvem — muitos e relevantíssimos serviços: o Dr. Eduardo Brasão, tão notável diplomata como escritor, tão profundo investigador como brilhante conferencista e orador, hoje à frente de um dos mais importantes Departamentos do Estado, o Secretariado Nacional da Informação.

As suas múltiplas e importantes missões no Estrangeiro — em Roma, em Madrid, em Dublim, em Hong-Kong — e a sua acção no Ministério dos Negócios Estrangeiros revelaram-o como um dos mais altos valores da diplomacia portuguesa contemporânea. Agora mesmo acaba de lhe ser confiada uma delicada missão a propósito da próxima visita a Portugal de Sua Majestade a Rainha Isabel II de Inglaterra acompanhada

de Sua Alteza Real o Duque de Edimburgo, assim correspondendo ao convite que lhe foi dirigido pessoalmente, em Outubro de 1955, por Sua Excelência o Presidente da República por ocasião da sua visita, de tão grande alcance internacional, à Grã-Bretanha. Falar desta visita, falar de Portugal e da Inglaterra é falar de uma aliança sem par no Mundo, que no decurso de quase seis séculos, tem provado, ao mesmo tempo que a sua eficácia, a lealdade das duas Nações amigas. Como luminosamente o demonstra o Dr. Eduardo Brasão no seu recente e substancioso livro *Uma Velha Aliança!*

Se quisesse definir em duas palavras o que tem sido o prodigioso labor desse fulgurante espírito que é o Dr. Eduardo Brasão, diria simplesmente: trouxe-lhe ele tão grandes triunfos na vida pública como renome na vida literária. Forjou por si mesmo a excelência singular da sua personalidade. Se é de admirar a sua vasta ilustração, mais de admirar é a diversidade de aptidões intelectuais: é ao mesmo tempo um historiador e um erudito, um espírito sintético e analítico, um talento teórico e prático. E não quero deixar de salientar a beleza da forma de expressão, a palavra tão fluída e tão límpida, ao mesmo tempo harmonisa e vibrante como o seu espírito.

Mas não me compete, hoje, a mim celebrar os títulos que impuseram o Dr. Eduardo Brasão à consideração e à admiração da Academia.

Vai o Dr. Eduardo Brasão, em cumprimento da disposição do artigo 15.º dos nossos Estatutos, fazer o elogio histórico do seu antecessor na cadeira que hoje ocupa, o General José Justino Teixeira Botelho, que tão nobremente serviu a Academia Portuguesa da História e cuja obra, em que se reflete ao mesmo tempo a ciência do militar, a probidade do

historiógrafo, o conhecimeneto das coisas coloniais e em que há tantos e tão soberbos quadros históricos, tantos valiosos ensinamentos contém.

Mas, sem me querer antecipar ao que, com a sua habitual proficiência, vai ser dito pelo seu ilustre sucessor, seja-me lícito, ao evocar neste momento a figura eminente do General Teixeira Botelho, pôr em relevo, a par do seu valor intelectual, a sua grandeza moral, a rectidão da sua consciência, a firmeza da sua vontade, a formosura do seu coração. Tinha ele em alto grau os bens da alma, os únicos que não mentem nem falecem, que adoçam a vida e ajudam a bem morrer.

Ao Dr. Eduardo Brasão vai responder — assumiu gostosamente esse encargo — outro grande nome de escritor, de professor, de historiógrafo, de conferencista, de orador, notável figura da Companhia de Jesus — o Dr. Domingos Maurício Gomes dos Santos, que deixou fulgurantemente assinalada a sua passagem pela Universidade Gregoriana de Roma, como por todos os países em que tem desenvolvido a sua excepcional actividade — além da Itália, e entre outros, a Bélgica, a Holanda, a Espanha.

Abram-se as páginas da *Brotéria* em que tão largamente tem colaborado; leia-se a *Mensagem artística de Antero de Figueiredo*, ou a *Escola sem Deus* ou *A Igreja e a Imprensa* ou *Os preconceitos contra as Ordens religiosas;* leia-se o admirável prefácio à obra de Queirós Veloso, sobre o *Interregno dos Governadores e o Breve Reinado de D. António*, e ver-se-á qual é a solidez da sua intuição histórica, a sua alta capacidade crítica, a profundidade das suas concepções filosóficas. E nada o afasta da tarefa investigadora a que incessantemente se dedica, com tanta probidade como clarividência, sempre dominado por uma exclusiva preocupação: a da verdade. A introdução, acompanhada da mais rica e com-

pleta documentação, ao *Cancioneiro* chamado de D. Maria Henriques, bastaria para o consagrar definitivamente como grande mestre da História.

Vamos ouvir duas belas orações. E como é agradável podermos repousar um pouco sobre as coisas do espírito quando uma tão ameaçadora sombra paira sobre o Mundo! Metternich, cuja visão política penetrava tão profundamente no futuro, disse um dia: «O meu pensamento mais secreto é o de que a velha Europa está no começo do seu fim. Por outro lado, a nova Europa está ainda em formação. Entre o fim e o princípio haverá o caos». Parece, de facto, que pollticamente, o Mundo vive no caos. Assistimos neste momento à paradoxal aproximação da mentalidade fanática da Guerra Santa prègada pelo Islão e da cruzada anti-capitalista inspirada por Moscovo. Moscovo e Meca — duas fontes de perturbação que reclamam a atenção, os esforços e a solidariedade de todos os ocidentais, infelizmente tão fracos e tão divididos. A maior fraqueza do homem do ocidente é — deve dizer-se — o seu desarmamento moral. Dir-se-ia — perdoe-me o eminente diplomata que é o Dr. Eduardo Brasão, que a diplomacia de hoje, em vez de procurar as bases de um acordo útil a todos e por todos sinceramente aceite, se limita a procurar a forma de estar em desacordo pacìficamente. Confiemos, no entanto, em que mais uma vez se demonstre que na história da Europa cada momento de crise foi sempre um momento de renovação fecunda. Tudo pode ressurgir; tudo pode ser, como disse S. Paulo, absorvido pela vida, sempre mais alta e melhor. E não deixemos que doutrinas que me abstenho de qualificar envenenem a esplêndida flor da nossa cultura latina e cristã.

Grande missão está reservada aos governantes e aos homens de ciência. E, sem perder o contacto com a realidade — a dura realidade de hoje — deixemo-nos, ao menos por instantes, seduzir pelas palavras desse subil analista que foi Maurice Barrès: «O maior prazer que a vida nos oferece é o de olharmos e pensarmos perante uma paisagem modelada pela História». A palavra aos historiadores. Quanto eles contribuem para o acervo comum que constitui o património espiritual da raça!

As Academias, como esta, foram no seu início e deverão ser sempre órgãos activos de cultura, livres e dinâmicos. E podemos dizer que época alguma esteve informada como a nossa àcerca do passado. Temos à nossa disposição instrumentos que faltaram aos nossos predecessores: edições de documentos, reconstituições, colecções, inventários, bibliografias. E temos também — o que é novo — a universalidade e a precisão dos métodos de investigação, o sentido da infinita ramificação das causas, uma visão da História que não se fixa nunca em concepções globais. Recepção e criação, já o disse Menéndez Pidal, são os dois frutos essenciais do estudo das fontes da História. Eles ressaltam nìtidamente da obra, a todos os títulos valiosíssima, dos dois oradores que vamos ter o grande prazer de ouvir.

ELOGIO

DO

GENERAL J. J. TEIXEIRA BOTELHO

PELO

Académico de Número

EDUARDO BRASÃO

Senhor Presidente

Senhores Académicos

AINDA que não fosse praxe académica seria para mim grato encargo evocar aqui o nome e a obra do General José Justino Teixeira Botelho.

Mal poderia eu pensar, no início dos meus trabalhos de investigador histórico, que viria um dia a ocupar a cadeira académica que o autor da *História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique* tanto honrou em vida! Foi por essa altura — talvez em 1934 — que tive o prazer de encontrar pela primeira vez, nos Reservados da Biblioteca Nacional, a figura distinta e aprumada do General Teixeira Botelho.

Pertencendo eu ainda a uma geração que tinha o prazer de admirar e de respeitar os reais valores do nosso País, foi com veneração que me aproximei daquele ilustre historiador. Não esquecerei a forma acolhedora, deferente e atenta pelos meus mais que modestos inícios, como o General Teixeira Botelho me ouviu. Era simples o seu trato, distinto sem afectação, duma bondade que se reflectia no seu olhar sereno. Traba-

lhador incansável compreendia e apreciava o esforço alheio, estimulando-o com a sua palavra autorizada, pois pensava certamente que o impulso vindo de cima pelos que qualquer coisa de útil na vida podem e desejam fazer, é por vezes decisivo e de consequências altamente vantajosas no plano dos interesses gerais. Teixeira Botelho não vivia exclusiva e egoistamente para a sua obra, mas distribuía pelos outros, em irradiação convincente, a energia que a ele sobejava e que tantas vezes falta a muitos em frente das grandes dificuldades que se opõem à realização do traçado duma vida. Num país como o nosso onde tão pouco se colabora por falta de espírito de equipa, o General Teixeira Botelho, talvez pela sua educação e temperamento militar, talvez por tendência do seu espírito, soube sempre desempenhar o papel que lhe era distribuído na realização de qualquer empreendimento. E fazia-o com a modéstia que em tais casos é essencial para se atingir o equilíbrio no conjunto. Era assim um verdadeiro académico que talvez não fosse inteiramente aproveitado por tantas vezes as Academias se prejudicarem e diminuírem entre nós com o nosso carácter demasiado individualista.

Perdeu-se nesta renascida instituição, cuja obra não deixa de ser notável desde que voltou à vida, a colaboração de tão ilustre historiador nesse projecto que aqui vi surgir há bastantes anos, da realização duma *História de Portugal* que ainda não possuímos. Na concentração da actividade de todos nós neste magno empreendimento caberia papel de grande relevo ao General Teixeira Botelho nos capítulos destinados ao estudo da vida militar no nosso país.

Varejados em grande parte os arquivos nacionais e estrangeiros — as próximas publicações comemorativas do Centenário Henriquino ainda

nos irão trazer novos e importantíssimos elementos sobre a epopeia das navegações portuguesas — permito-me julgar que já seria a altura da Academia Portuguesa da História encarregar, dentro dum plano a estabelecer definitivamente, os especialistas que a compõem de concentrar as suas actividades de investigadores neste alto objectivo. Não percamos mais elementos de valor, como sucedeu com o General Teixeira Botelho, para dar ao País as páginas duma grande obra que só se poderá levar a efeito dentro do espírito verdadeiramente académico, isto é, de perfeita colaboração nos variados sectores das especialidades que compõem este organismo.

Mas se não tivemos a preciosa colaboração do General Teixeira Botelho, nesta obra que me parece dever constituir o principal objectivo da nossa Academia, deixou-nos ele a *sua obra*, que é verdadeiramente notável pela probidade com que foi realizada.

Militar por vocação, apaixonou-se pelos problemas não só científicos mas históricos da carreira que abraçou em 1880. E dentro destes sobretudo os que se ligaram à nossa acção em África e no Oriente.

Àquele que se dedica à História, abrem-se três caminhos para as suas realizações:

a simples publicação de documentos, como se fez nos *Portugaliæ Monumenta Historica*, na *Inquisição de Goa*, do Dr. António Baião, no *Corpo Diplomático Português*, nas *Cartas de Afonso de Albuquerque*, no *Bullarium Patronatus Portugaliæ* e lá fora nas *Fuentes para la Historia de Castilla*, do Padre Dom Luciano Serrano, na *Coleccion diplomatica de Galicia Historica*, no *Bullaire de l'Inquisition Française*

au XIVeme siècle, de Vidal, na *Monumenta Franciscana,* de Brewer, nos *Historic and Monumental Documents of Ireland,* de Gilbert, etc.;

o aproveitamento de parte dos documentos que digam respeito ao assunto versado, intercalados no próprio texto do estudo;

e, finalmente, a pura filtragem dos documentos com as deduções a que eles obriguem, segundo o critério e orientação do autor.

Do segundo aspecto são casos típicos a *História de Portugal,* de Herculano, a *D. Maria I,* de Caetano Beirão, o *D. Sebastião,* de Queirós Veloso, os *Estudos de História Militar,* do Cor. Costa Veiga, etc..

Do terceiro, as *Histórias de Portugal,* de Oliveira Martins e de João Amial e ainda a chamada de Barcelos.

Dada a complexidade dos assuntos em História e o volume imenso da documentação existente, é indispensável, como base para toda a interpretação, que se publiquem colecções de documentos, as *Monumenta.* Mal estaria que se interpretassem factos históricos sem a exploração intensiva dos arquivos. Compete mais às Academias, do que ao simples investigador, este género de publicações. Mas também muitos historiadores se têm dedicado ao benemérito esforço de apresentar ao estudioso, organizados criteriosamente e de fácil procura, os materiais que são verdadeiros alicerces da história dum País. Temos recentemente exemplos destes casos na magnífica colectânea de documentos sobre o Padroado a que se votou o nosso eminente confrade P.^e^ Silva Rego, assim como para a nossa acção espiritual em África, o P.^e^ António Brásio.

O General Teixeira Botelho adoptou nas suas obras o terceiro destes critérios. A *História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique* que é, sem dúvida, a sua obra de maior fôlego e significado, dá-nos um

exemplo modelar de interpretação histórica. Baseado em fontes seguras e criteriosamente seleccionadas e deduzidas, é ainda hoje o livro de consulta sobre a nossa acção militar e política em Moçambique desde a sua descoberta: — «Principia aí essa longa história que mais talvez que nenhuma outra põe à prova a temeridade heróica, o espírito de abnegação e a resistência ao sofrimento desta raça portuguesa que preparou com as suas ousadas navegações a comunhão dos povos do Ocidente com os do Oriente», como escreve o autor, — até aos nossos dias. Pôr em equação o que o General Teixeira Botelho considerava e justificadamente a obra portuguesa da compreensão dos povos civilizados ou não, que fomos encontrando no nosso contacto com um Mundo desconhecido ou de difícil acesso, é além do mais de flagrante interesse actual, em momento em que tão ameaçada se acha a nossa civilização. Resposta bem clara é este trabalho a todas as objecções que se nos possam fazer nesta confusão anti-colonialista de certos povos que ainda não se deram ao esforço de conhecer a nossa obra ultramarina.

Moçambique esteve administrativamente ligado à Índia até 1752 o que levou o General Teixeira Botelho a traçar o perfil da nossa acção no Malabar para a coordenar com o nosso estabelecimento na costa oriental da África onde Vasco da Gama aportara quando à Europa indicou um caminho que havia de ser, pelo nosso génio, a estrada da ligação espiritual do Mundo.

O que foi essa admirável compreensão das raças onde íamos difundindo, com o nosso Credo, a cultura da Europa, essa nova civilização portuguesa — como o quer Pedro Calmon — caracterizada pela criação

de raças mistas, na África, na Índia, na China e nas ilhas das especiarias, intermediárias vivas entre o Ocidente e o Oriente, a obra realizada no Continente Negro assim como no Brasil, tudo isso está em vivo no trabalho deixado por Teixeira Botelho.

Para o demonstrar nìtidamente era ele do parecer que se escrevesse quanto antes uma história da colonização portuguesa. E acrescentava que essa obra deveria «ter um carácter essencialmente analítico acompanhando passo a passo, nos seus pormenores, o desenvolvimento da vida das mescladas populações ultramarinas, sujeitas ao domínio português, com as suas reacções sobre a acção legislativa do poder central e sobre o meio, numa evolução contínua e constante» *(Importância e caracteres da História da Colonização dos Portugueses,* pág. 5*)*.

Ainda afirmava: «O conjunto de factos apurados num estudo minucioso e sempre documentado, devidamente joeirados e interpretados pelo historiador, forma o quadro perfeito da vida social, que é a verdadeira história da colonização».

Não estará aqui magistralmente sintetizada a orientação do General Teixeira Botelho em toda a sua obra histórica? Mas ele completa desta forma luminosa o seu critério: «Onde faltar a análise e a documentação a história será falseada».

Neste momento tão grave da história da humanidade em que a África está sèriamente ameaçada e em Goa continuamos a defender nobremente e sem hesitações os princípios que fizeram grande a nossa civilização, ainda mais se sente a falta de homens como o General Teixeira Botelho, voz das mais autorizadas, que encheu a sua vida na defesa e no esclarecimento bem documentado da nossa acção pelo Mundo. A sua

História Militar e Polititca dos Portugueses em Moçambique devia hoje ser meditada por nós e difundida para fora das nossas fronteiras.

Mas sobre a história ultramarina de Portugal não ficou por aqui a sua actividade de investigador e de divulgador. Passemos os olhos pela lista quase interminável do seu labor, neste campo da História: «*O Cerco de Campo Maior em 1811*»; «*A Batalha de Salamanca*»; «*História Popular da Guerra da Península*»; «*O Domínio Português no Uruguai e a Campanha de Montevideu*»; «*Alguns pontos da História de Moçambique*»; «*Importância e Caracteres da História da Colonização dos Portugueses*»; «*Diferenças essenciais na génese de Angola e Moçambique sob o Domínio Português*»; «*A Restauração e o Império Colonial Português*»; «*O Socorro de Sofala em 1677*»; «*Subsídios para a História de Angola no 1.º quartel do século XIX*» e muitos outros estudos que constituíram comunicações académicas, conferências, colaboração em revistas militares, etc..

Mas não se limitou à nossa história ultramarina o labor de tão egrégio académico — o que já seria muito e alto serviço à Pátria — foi mais longe, ensinando sobre o passado glorioso da sua arma. E assim os seus *Subsídios para a História da Artilharia Portuguesa* e ainda *Novos subsídios*.

Também são muitos os trabalhos escolares do General Teixeira Botelho sobre as línguas francesa e inglesa. Enfim, uma vida cheia de serviços à nossa cultura.

Nascido em Lisboa em 9 de Março de 1864, cursou a Escola Politécnica e a Escola do Exército especializando-se em Artilharia, cuja arma

serviu com alta competência. Foi durante largos anos professor do Colégio Militar, exerceu o cargo de presidente do Conselho Tutelar e Pedagógico dos Exércitos de Terra e Mar; comandante-geral de Artilharia, presidente da Comissão da História Militar e da direcção da *Revista Militar*, membro do Conselho de Promoções e do Conselho Superior de Instrução Pública. Académico efectivo da Academia das Ciências de Lisboa, ocupou nesta Academia Portuguesa da História a cadeira n.º 29 para a qual quiseram V. Ex.as ter a generosidade de me indicarem como herdeiro académico de tão ilustre historiador.

Não posso deixar de agradecer, primeiramente a V. Ex.a, Senhor Presidente, tão honrosa escolha. Tenho como motivo de orgulho na minha vida ter sido discípulo de V. Ex.a, um dos mais eminentes Mestres de Direito que passaram pelas Universidades de Coimbra e Lisboa. Recordo a elegância, a clareza, a profundidade e saber das suas prelecções de Direito Internacional Privado, matéria para mim sem encantos, talvez por falta de vocação pelo curso que segui, mas que o Senhor Doutor Caeiro da Mata conseguia fazer interessar, mesmo a um cábula que eu era. A minha paixão pelo trabalho — ai de mim! — nasceu no dia da minha formatura.

Mas a par da grande cultura de tão ilustre Mestre prenderam todas as gerações que tiveram a dita de o ter como professor, a sua enorme bondade, a sua distinção no trato, o seu carácter enfim.

Creio que não haverá um só dos muitos discípulos do nosso egrégio Presidente que não tivesse ficado para sempre dedicado a tal Mestre.

Vai também para o ilustre Conselho Académico e para os Senhores Académicos de número o meu mais reconhecido agradecimento.

*
* *

Quisera ter podido — se a minha vida actual me desse algum tempo para isso — dedicar-me com mais extensão e profundidade à análise da grande obra histórica do General José Justino Teixeira Botelho. Possa ao menos a minha futura acção nesta Academia, a que me honro de pertencer como correspondente desde 1938, não desmerecer de tão alta e honrada herança.

RESPOSTA

DO

Académico de Número

DOMINGOS MAURÍCIO GOMES DOS SANTOS S. J.

CEDANT arma togæ, concedat laurea laudi! — é caso para exclamar com o velho orador romano, do *De Officiis* (I. C. XXI). Efectivamente, a expressão sai-me espontânea dos lábios, neste momento histórico, em que, no seio desta Academia, uma figura de jurista diplomata — o Senhor Dr. Eduardo Brasão — toma oficialmente posse da cadeira numérica, ocupada em vida pelo Senhor General José Justino Teixeira Botelho.

Estas alternâncias, na vida dos povos como das instituições, repetem-se mais duma vez. A integridade do direito e a firmeza acerada da espada, são aspectos de vida, cada qual em seu plano, susceptíveis ambos de actuação, não antagónica, mas, a seu tempo e modo, complementar, salutífera e fecunda. Como? Através desse, em aparência frágil, mas perdurável traço de união que é uma pena de escritor, sobretudo quando consagrada à nobre arte de Clio.

O pesar de havermos perdido, quem à história das nossas instituições militares e sua interferência na vida do País, votou tão apreciável esforço em seus lazeres profissionais, como o fez a ilustre figura do militar e investigador, cujo elogio escutámos, é, nesta emergência, compensado

pela substituição gratíssima da presença do actual Secretário Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo.

Com efeito, consagrando à história das nossas instituições diplomáticas a sua actividade literária, e com resultados tão apreciáveis, como de todos é conhecido, apesar de investido em tão delicadas e absorventes tarefas, quais são as da vida profissional que escolheu, e mais ainda nas do Secretariado Nacional, cujas responsabilidades, neste momento, caem sobre os seus ombros, Eduardo Brasão não se apresenta, apenas, com uma notável folha de serviços na sua carreira. Revestiu-a de um zelo de cultura histórica, da qual, para além do prestígio que ela sempre concilia a quem a possui e irradia, só podia haver uma condigna consagração: a que se lhe tributa, neste momento, com a sua investidura, como académico de número e em substituição dum funcionário *doublé* de historiador, operoso e construtivo, no ramo da sua especialidade profissional, qual foi o falecido General Teixeira Botelho.

Cabe-me a mim, dar-lhe as boas vindas e emboras. Se as razões de admiração pela obra histórica realizada, pela fortuna invulgar do diplomata, e pelas qualidades morais do *gentleman* nato, que todos reconhecemos, em Eduardo Brasão, não bastassem para me dobrar a esta saborosa tarefa, a grata recordação de tempos passados, ao fio da qual me sinto levado a considerar o novo académico de número como conta adorável no rosário da minha família espiritual, seria suficiente para, com ternura e desvanecimento, não declinar tão honroso encargo.

Em verdade, reporto-me a três décadas e meia deste momento. Vejo, no palco do velho salão de Actos do Colégio de La Guardia, uma figura esbelta de jóvem vivacíssimo, desempenado, fazendo os últimos ensaios

de papéis centrais, em representações românticas de Lopes de Mendonça, Marcelino de Mesquita ou, então, nas peças hilariantes de Câmara Manuel e outros comediógrafos. No centro do recinto, risonho e solícito, frente ao proscénio, o «príncipe da arte de representar», como lhe chamou Avelino de Sousa. Era Eduardo Brasão, Pai, a dar, com certo orgulho, ligeiros retoques a Eduardo Brasão, Filho, para que este, perante o público dos seus companheiros colegiais e das selectíssimas famílias que, com seus parentes, vinham passar aqueles dias de folguedo são e altamente formativo na tradição pedagógica da *Ratio* inaciana, registasse, mais uma vez, clamorosos êxitos de cena.

O artista incipiente, oriundo de tão boa cepa, prometia, nas qualidades congénitas, ombrear, andado tempo, com as glórias paternas. Sentia, por momentos, a sedução do Teatro. Fácil lhe seria o triunfo. Mas a tentação de vertigem das alturas, a que vira, durante toda a infância e adolescência, pairar, nos palcos lisboetas, a primeira figura histriónica da sua época, cortou as asas ao «vivo e ansioso desejo de a seguir, abraçando a sua arte incomparàvelmente bela», como enternecidamente confessa, nas palavras preliminares às «Memórias» que sobre o glorioso artista compilou.

Datam, de então, os nossos primeiros conhecimentos e a raíz duma amizade que, embora tão prolongada pelo tempo e retalhada pelas ausências, não tem esmorecido.

Lamentei, em dada altura, uma vocação falhada. Enganava-me. Tinha, a breve trecho, de corrigir-me e felicitar-me. A Providência não chamava, para os triunfos de Talma, o prendado e diligente aluno dos Jesuítas. Mas a iniciação representativa, em perspectivas de ficção ou

reconstituição psicológica de tipos e caracteres nos trabalhos restritos dos palcos colegiais, servir-lhe-ia para se meter, a fundo, numa arte de representar de mais largo fôlego e responsabilidade que é, afinal, a Diplomacia, onde se jogam não simples momentos de emoção estética e catártica, na rotina monótona da vida social quotidiana, não as simpatias ou indiferenças dum público favorito ou adverso, mas os interesses vitais e, não raro, decisivos dos povos, nas suas relações exteriores.

Em cena, basta sensibilidade emocional e agilidade mímica, na incorporação psico-somática das características de uma personagem ou personagem-tipo, actuando ou reagindo perante dado facto ou ambiente, com vista a um efeito momentâneo. A Diplomacia é uma arte de representação, também. Mas o actor não tem só de interpretar, fielmente, a natureza, objectivos e limites da sua missão e revestir-se do sentido de responsabilidade colectiva e, acaso, fatal que ela envolve. Cumpre-lhe, ainda e sobretudo, desempenhá-la perante um público que, a todo o momento, longe de expandir-se espontâneamente, comungando com os sentimentos do comparsa, se mantém, sob aparências de esquisita urbanidade, numa atitude de efectiva reserva. Quando menos pensa ou ao menor descuido, tudo se compromete com gentis maneiras de insondável frieza, sobretudo para casos em que a máscara dos interlocutores é tão misteriosa como no remoto Oriente.

Temendo as alturas, a que o genial criador de personagens como o aventuroso *Kean*, o *Amigo Fritz*, *Hernâni*, *D. Fernando*, na «Leonor Teles», o *Bibliotecário*, *Hamlet*, *Coquelin* no «Cirano de Bergerac», *Otelo*, *Afonso de Albuquerque*, *Afonso VI*, *Afonso Domingues*, *Duque de Viseu* e tantos outros — lembrem-se, mais, os de *Eduardo* no «Envelhecer», *Monsenhor* na «Madrugada», *Cardeal Rufo* na «Ceia dos Cardeais», — seu filho aventurava-se, afinal, com a iniciação recebida, a papel de mais arriscada representação, para nela triunfar sem favor.

Mas historiemos.

Eduardo Brasão nasceu, em Lisboa, a 1 de Fevereiro de 1907. Foram seus pais, o actor Eduardo Joaquim Brasão e D. Maria José Reis Brasão, com a qual o genial artista, viúvo desde Outubro de 1904 da notável actriz Rosa Damasceno, casara, em segundas núpcias, no ano antecedente de 1906. Fez os seus estudos primários e parte dos secundários na capital, completando o curso liceal, do 5.º ao 7.º ano, ou seja, de 1922 a 1925, no Colégio que os Padres da Companhia de Jesus, então exilados de Portugal, regiam, na margem espanhola da foz do Minho, em El Pasaje (La Guárdia). Depois do Liceu, frequentou a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde se licenciou em 1929, casando, em 1930, com D. Maria das Mercês Correia Guedes Brasão.

Exerceu a advocacia, durante alguns anos. Não tardou, porém, a enveredar para a carreira diplomática. A 15 de Fevereiro de 1935, foi agregado à Comissão dos respectivos Arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Em 1940-1941, com uma bolsa do Instituto de Alta Cultura, viu-se destacado para trabalhos de investigação nos Arquivos Secretos do Vaticano. Admitido ao concurso de 13 de Janeiro de 1941 para os lugares de adido de legação, saiu aprovado e, a 9 de Outubro desse mesmo ano, nomeado adido de legação na Secretaria de Estado.

A 6 de Junho de 1943, subia a terceiro-secretário de legação e, de 15 de Julho a 1 de Outubro de 1944, era investido no honroso encargo de delegado do Protocolo, durante a viagem que o Cardeal-Legado

D. Manuel Gonçalves Cerejeira, Patriarca de Lisboa, realizou à África Portuguesa, para a sagração da Catedral de Lourenço Marques.

No ano seguinte, a 2 de Fevereiro, o Governo nomeava-o segundo-secretário da Embaixada de Portugal junto do Vaticano e administrador do Instituto Português de Santo António, em Roma. A 1 de Abril de 1946, passou para a Embaixada de Madrid, no exercício de idênticas funções de secretário. A 19 de Dezembro do mesmo ano, recebia ordem de marcha para o Oriente, feito cônsul de segunda classe, em Hong-Kong. Neste posto avançado da diplomacia portuguesa, desenvolveu, entre a colónia dos nossos compatriotas e luso-descendentes, uma notabilíssima acção cultural, promovendo a criação do Instituto Português de Hong-Kong, com um «Boletim» que dirigiu e onde publicou excelentes trabalhos históricos, bem como a «Escola Camões» para crianças portuguesas, conseguindo, simultâneamente, que nas escolas inglesas, onde houvesse luso-descendentes, o estudo da nossa língua fosse obrigatório para elas.

Três anos decorridos, a 11 de Janeiro de 1949, ascendia a Cônsul de 1.ª classe e, a 29 de Fevereiro de 1951, a primeiro-secretário de legação, no quadro externo, entrando a exercer essas funções, na legação de Dublim, a 9 de Março, e sendo constituído encarregado de negócios, desde 31 do mesmo mês.

Na capital da Irlanda, também se evidenciou o seu zelo patriótico, não só pela aglutinação dos elementos portugueses dispersos na verde Eireen, mas, ainda, despertando, nos meios intelectuais irlandeses, o maior interesse pela nossa cultura. O diplomata conseguia que, ao lado da cadeira de estudos hispânicos, promovida pelo país vizinho, fosse fundada, tanto na Universidade Católica (University College Dublin) como na Universidade Protestante (Trinity College), uma cadeira independente de português, para o estudo da nossa língua e cultura.

A 4 de Julho de 1952, mereceu ser aprovado no concurso para conselheiros de legação e cônsules-gerais, sendo nomeado conselheiro de legação, a 7 de Julho de 1954, para ser chamado a serviço, a 30 do mesmo mês e ano.

A 14 de Dezembro, pela sua experiência em trabalhos arquivísticos e históricos, é investido vogal da comissão encarregada de coligir os documentos relativos à política externa de Portugal, durante a última guerra; e, de 2 a 4 de Junho de 1955, acompanhou, como chefe do Protocolo, o Senhor Presidente da República, General Francisco Higino Craveiro Lopes, na sua viagem oficial à Madeira, Guiné e Cabo Verde. Com tal primor desempenhou estas funções que foi nomeado chefe do Protocolo do Estado, a 28 de Setembro do mesmo ano, e fez parte da comitiva do Chefe da Nação, na sua visita oficial a Londres, de 25 a 28 de Outubro imediato.

A 6 de Fevereiro passado, o Governo confiava-lhe funções de particular melindre, não só pelos interesses espirituais e sociais em causa, mas ainda pela multiplicidade de aspectos a atender. Só pessoa, experimentada no trato dos homens, na confluência de correntes literárias e artísticas, filosóficas e políticas, ou no choque de preocupações de vida, que é esta nossa idade de itinerantes curiosidades, lhes pode fazer face, com serena visão de valores e firme tenacidade em os salvaguardar. E o indigitado era-o, na verdade, ao assumir o encargo de dirigir o Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo.

Espírito vastamente conhecedor dos grandes momentos da História Nacional, mais chegados à nossa época, ou seja, desde a Restauração até hoje, não só nos seus lances de euforia e esplendor, como os de D. João IV e D. João V, mas, ainda, no paroxismo de crises internas tão graves como a de D. Afonso VI; viajante desempoeirado que, no exercício das suas funções burocráticas, soubera conhecer, tanto o melhor do nosso império ultramarino como, igualmente, os ambientes febris da América do Norte e os tão enigmáticos do Extremo-Oriente; experimentado funcionário das nossas chancelarias, na Europa latina e saxónica, em contactos sucessivos com os meios oficiais, quer espanhóis e italianos, quer ingleses e irlandeses — falo, apenas, dos de mais demorado convívio — Eduardo Brasão era bem capaz de compreender a idiossincrasia daqueles que, em maior densidade, podem interferir com a vida e cultura popular nacional ou de cuja aproximação o País, por afinidade ou contraste deve beneficiar, para que, num mútuo intercâmbio, se colham resultados verdadeiramente fecundos.

Na primorosa educação religiosa, que recebeu, e no contacto, que em suas funções diplomáticas, não só por dever burocrático, porém, mais que tudo, por convicção, lograra manter junto da Santa Sé — lembro os grandes dias litúrgicos da basílica de S. Pedro ou as aparatosas recepções diplomáticas da sala tronal, nas quais, até povos islâmicos e pagãos ou heréticos participam — fora possível a Eduardo Brasão reafirmar-se na convicção e propósito de querer salvaguardar valores da cultura nacional popular, tão característica, sincera e pitorescamente religiosa, que por nenhum respeito devem ser profanados ou diluídos.

Vendo, assim, consagrada uma figura de diplomata-historiador, que

sabe integrar-se, tão exemplarmente, nos destinos da comunidade do seu País, embora sacrificando, acaso, as suas predilecções investigadoras na massa absorvente de preocupações que o seu novo cargo impõe, esta nossa Academia, creio, só tem que felicitar-se. Se o Homem faz a História, num campo mais vasto, fecundo e transcendente, surge o momento, em que a História faz o Homem. O passado é uma fiança do futuro e isto nos leva a augurar o maior êxito ao homem público no exercício do seu cargo.

A aceitação, com que o diplomata se tem desempenhado das suas funções, é, aliás, auspício disso. Efectivamente, o rasto de simpatia que, no desempenho das suas nem sempre fáceis missões, deixou por toda a parte, assim o faz crer. Sinal, são as numerosas distinções que, dentro e fora do País, tem recebido.

Eduardo Brasão é, em Portugal, comendador da Ordem da Instrução Pública, cavaleiro e oficial da Ordem Militar de Santiago da Espada, condecorado com a medalha de dedicação da Cruz Vermelha Portuguesa e com a medalha de ouro Comemorativa da Viagem do Chefe do Estado a Londres. No Estrangeiro, cavaleiro magistral da Ordem Soberana de Malta, comendador de S. Lázaro de Jerusalém, Cruz de 1.ª classe da Galileia, grande-oficial da «Royal Victorian Order» (K. C. V. O.), da Grã-Bretanha, grande-oficial da Ordem de Maurício de Nassau dos Países Baixos, comendador da Ordem de S. Gregório Magno da Santa Sé, comendador da Ordem da Coroa de Itália, comendador da Ordem de Afonso X, o Sábio, de Espanha, comendador da Ordem de Jorge I, da Grécia, e comendador da Ordem do Cruzeiro do Sul, do Brasil.

Todavia, para além do homem e do funcionário-diplomata, esta investidura exige pergaminhos específicos de diferente categoria. Um roteiro brilhante de benemerências e recompensas na linha do funcionalismo, embora de tanta nobreza como é o da vida diplomática, não constitui, de per si, título bastante, para transpor o pórtico duma academia de História, a não ser a título honorário. Eduardo Brasão é, desde hoje, académico de número da Academia Portuguesa da História, por direito de conquista.

Foi a obra de investigação e reconstituição documentada do passado, que lhe franqueou os umbrais deste cenáculo como académico correspondente, desde Novembro de 1938. É a continuidade dela que o eleva, hoje, a académico de número.

A Academia Portuguesa da História não está só, nesta consagração ao trabalho e ao mérito. Fazem coro, com ela, as vozes autorizadas da «Associação dos Arqueólogos Portugueses», de que o novo titular foi sócio; a «Société Academique d'Histoire Internationale», de Paris, que o fez seu membro honorário, e a «Real Academia de História», de Madrid, que também o acolheu no seu Grémio.

Este trio de aplausos não obedeceu a compasso batido pela lisonja. É tributo reconhecido, a uma vida consagrada às letras e, nomeadamente, ao ramo das ciências históricas.

A propensão literária do novo académico de número desabrochou cedo. Já, no colégio, o jovem estudante sobressaía entre os seus pares pelo brilho das suas composições, não só de imposição escolar, mas de iniciativa própria.

Foi, porém, no final da carreira liceal, que ela se manifestou em pujança, num gesto de edificativa piedade.

Quando Eduardo Brasão, Pai, verdadeiro astro da cena, se sentiu no ocaso e quis desaparecer, sem ruído, num crepúsculo rápido, como o do Sol dos trópicos, que se eclipsa de mergulho em plenitude de luz e cor, seu filho, a fim de que, dessa apoteose verdadeira de arte, ficasse guardado para a posteridade um rasto zenital, compilou-lhe as «Memórias», (2.ª edição, Lisboa, 1925), que uma águia de dramaturgos — Henrique Lopes de Mendonça, companheiro de glórias do seu genial intérprete e solidário agradecido em momentos de consagração artística — aceitou prefaciar.

Nessas páginas, escritas aos 17 anos com naturalidade e leveza, revive-se meio século de história do teatro português. Actores e actrizes, autores e empresários, sobressaltos de iniciação e plenitudes de carreira, fortunas opulentas de bilheteira esgotada e casas vazias, aplausos frenéticos ou pateadas de encomenda, protagonistas e comparsas, êxitos ruidosos e bisbilhotices de bastidores, vão perpassando, diante de nós, num filme colorido. E que contrastes! Desde a carreira falhada de um aspirante de Marinha, que por amor do Teatro se não dobra ao sortilégio do mar com um beijo de princesa-noiva — D. Maria Pia — ao surpreender adormecida a sentinela postada à porta do seu camarote de bordo e impondo à comitiva que a não acordasse, até à noite memorável da récita de despedida, em que Brasão vê cair o pano, com infinitas saudades, sobre a sua vida de artista, a leitura mantém-nos em tensão permanente.

O êxito da obra foi uma tentação. Nas encruzilhadas atroadoras do aplauso, é fácil o estonteamento. Custa-nos a reencontrar o verdadeiro

caminho. Eduardo Brasão, antes de palmilhar as avenidas firmes da realidade histórica, era seduzido, de novo. Desta vez, pelas alturas flutuantes da ficção!

E, todavia, foi providencial. Dar-se-ia, em Arte, o que se deu na vida profissional. Começando, nesta, pelo trilho febril dos códigos processuais; preso, senão a rabulices de jurisprudência nem sempre cheias de grandeza, certamente ao bulício do confronto solerte de artigos ou à rígida e destra averiguação de factos e circunstâncias, acabaria por acertar um temperamento calmo, aureolado de gentileza, à maneira circunspecta do diplomata ponderado e atento, na salvaguarda dos interesses nacionais, pelos caminhos da política internacional.

O literato sofreu análogo processo evolutivo. Maneiras, aparentemente contraditórias, tornaram-se, afinal, complementares.

Efectivamente, pareceria que géneros de tão distante posição, como a novela ou o drama e a história, deveriam brigar, entre si. Nas personalidades fortes, capazes de as cultivar e controlar, quando devidamente conduzidas, associam-se perfeitamente, na configuração estética de uma mesma fisionomia literária. Não foi Herculano, por exemplo, poeta e novelista de mérito, o autor excepcional, embora não isento de falhas, da *História de Portugal?*

Eduardo Brasão, no contista ingénuo de *Telas* (Lisboa, 1925) e na novela dramática de *Maria do Mar* (Lisboa, 1927), modelaria o seu estilo e a sua sensibilidade, para, após esta iniciação de forma — no caso de *Telas* é confessada, a intenção de intimidade, pois não entraram no mercado —, consagrar-se a trabalhos de valor científico, como a *História Diplomática de Portugal* (Lisboa, 1932-1933) ou *Relações Externas de Portugal — Reinado de D. João V* (Porto, 1938).

É, neste tema preferencial, de inquestionável alcance, que o escritor se afirma, em dois ramos de investigação bem distintos: a história das nossas relações com a Santa Sé e a história das nossas relações com os diferentes países da Europa e do Oriente.

Comecemos, por este.

A primeira tentativa revela-se, logo, em dois volumes de fôlego, nos quais o autor denuncia um programa ambicioso e prático. Tendo enveredado para a carreira diplomática, o candidato verificava a dificuldade em conseguir aquela síntese basilar do curso evolutivo da sua profissão. E, todavia, se há mister, que exija uma síntese segura das perspectivas históricas nas relações entre os povos, é a Diplomacia.

Foi, dentro desta preocupação, que nasceu a *História Diplomática de Portugal* (Lisboa, 1932-1933), prefaciada pelo actual reitor da Univerdade Técnica, Prof. Mosés Amzalak.

A história da nossa diplomacia, reduzida a síntese, como elucida o ilustre economista, estava por fazer. Havia trabalhos monumentais como os do Visconde de Santarém no *Quadro Elementar,* Borges de Castro, Júdice Bicker, Almeida Couto e Pinto Garcia; colecções documentais como as do *Corpo Diplomático* ou monografias preciosas de aspectos parcelares, como as de António Viana, Edgar Prestage, Roma du Bocage, Teixeira de Sampaio, António Ferrão, Pedro de Tovar, António Correia, Queirós Veloso, Damião Peres e outros.

A primeira vista panorâmica, no género do *Manuel Historique de Politique Étrangère,* de Émile Bourgeois, ou da *Histoire Diplomatique de*

l'Europe, de A. Debidour, ficava a dever-se a um aspirante à Diplomacia. Eduardo Brasão limitara-se à época, em que o nosso país, estimulado pela posição que lhe criara a Restauração perante a Europa dividida entre as influências da Casa de França e da Casa de Áustria, se resolveu a manter representações diplomáticas permanentes e capazes de acção disciplinada, efectiva, no Estrangeiro. Partindo daí, pensava abarcar todo o lapso de tempo que vai, do século XVII à actualidade.

Infelizmente, não pôde publicar o 3.º volume da obra projectada, estacando, em 1834, com a convenção de Évora-Monte. A falta de materiais informativos, para o século XIX e primeira metade do actual, além da natural reserva dos arquivos ministeriais, para os tempos mais chegados, obrigava-o a investigações demoradas, que teve de relegar para ocasião ulterior. Mas, com diligência digna de todo o apreço, remediou, em parte, a lacuna, mediante o estudo mais esquemático, sem deixar de ter grande préstimo, que é a terceira parte do seu *Relance da História Diplomática de Portugal* (Porto, 1940).

Com todas as suas hesitações de técnica ou de perspectiva, que o A. modestamente avolumaria, mais tarde, explicando-se perante certa crítica atrabiliária, diligente em vociferar «sínteses», só ao cabo de *longos* princípios (!!), como se, a caminho, as não pudesse haver, provisórias e parciais, como pontos metódicos de partida ou progresso, ao cabo de cada jornada, a verdade é que as duas obras tiveram lisonjeiro acolhimento.

De temas de largo horizonte cronológico, o historiador, como era justo, passou a restringir, o campo visual da sua investigação. Ganhava em profundidade e originalidade, o que sacrificara em amplitude de perspectiva.

Dentro do ramo da diplomacia profana, digamos assim, a sua melhor produção é, sem dúvida, a consagrada, em 1930, à actividade diplomática do «Magnânimo», nos dois volumes das *Relações Externas de Portugal — Reinado de D. João V* (Porto, 1938).

Eduardo Brasão considera este, o seu primeiro livro, relegando, para o esquecimento, toda a sua obra anterior. Como veremos, esta já avultava. Era hiperbólico na auto-crítica negativa. Todos nós podemos dizer o mesmo, à medida que avançamos no estudo e na meditação. Mas cumpre não exagerar. De outra sorte, ai de nós! Ao cabo da carreira, teríamos de dar balanço ao nosso trabalho como certo humorista: o nosso melhor livro ficaria sendo o que nunca escrevemos. Como expressão de humildade ascética é aceitável a expressão paradoxal. Como índice de orientação historiográfica, seria funesta e a ciência do passado, certamente, não lucrava grande coisa, privando-nos, antes, do espectáculo, — esse, sim, salutar —, que nos oferece o nosso itinerário de esforços e tentativas de reconstituição e interpretação dos homens e dos acontecimentos, qual é a santa convicção dos nossos limites.

Seja como for, Eduardo Brasão, preparado o terreno com tentames sucessivos de aproximação, cada vez mais cerrada, pois tais se nos afiguram os trabalhos *Portugal no Congresso de Utrecht* (Lisboa, 1934), o *Conde de Tarouca em Londres* (Lisboa, 1936), *D. João V e a Santa Sé* (Coimbra, 1937), *O casamento de D. João V* (Lisboa, 1937), estava já a bater caminho seguro. Limadas certas arestas no apuramento e relacionação dos factos ou no juízo crítico dos valores em jogo, o historiador diplomático conseguia traçar, das actividades da sua especialidade, nesse reinado, tão pletórico de influência política externa e de desenvolvimento económico-cultural no interior, um quadro objectivo e original.

A divisa, que tomara de Guilherme de Orange — «Não exigir a esperança para tentar, nem o êxito para perseverar» — comprovava-se fecunda. À luz dela, atingia, plenamente, o seu objectivo, valendo-se, sobretudo, de preciosos materiais guardados nos Arquivos da Casa Tarouca e de uma tenacidade, sem desfalecimentos, em aproveitá-los.

O período de actividade diplomática, após o primeiro de Dezembro de 1640, nos reinados de D. João IV e D. Afonso VI, mereceu, também, a Eduardo Brasão, exame muito particular. E com sobejo motivo.

Se é certo que as liberdades pátrias se afirmaram nas Linhas de Elvas, Castelo Rodrigo, Ameixial, Montijo e Montes Claros, não é menos verdadeiro que foi um corpo escolhido de diplomatas habilíssimos, quem logrou consolidar o que a força das armas impôs, em momentos de vitória, nos campos de batalha.

Às cargas de cavalaria ou rajadas de metralha, de D. Sancho Manuel, do Conde de Cantanhede, de Matias de Albuquerque e do Marquês de Marialva, sucederam os não menos eficazes, e talvez mais difíceis, duelos de inteligência, em manobrar os Códigos de Direito Internacional, conduzidos por Sousa Coutinho, Pereira da Costa, Andrade Leitão, Sousa de Macedo, Marqueses de Sande, Nisa e Cascais, sem esquecer Mendonça Furtado, Francisco de Melo, Silva e Sousa, Botelho de Morais, Soares de Abreu e a colaboração de homens tão notáveis como António Vieira e tantos outros.

O volume mais notável, consagrado a este período, é *Restauração — Relações Diplomáticas de Portugal de 1640 a 1668* (Lisboa, 1939).

Já, em 1934, abordara o assunto, tacteando o terreno num trabalho, a que dera o título de *A Diplomacia da Restauração* (Lisboa, 1934).

Agora, retomava-o com maiores possibilidades, para mais largo vôo. Assente a legitimidade da Restauração, como ponto de partida para uma campanha jurídica, e expostas as condições, em que a Revolução de 1640 se realizou, o historiador sublinha o papel inicial, desempenhado pela primeira tentativa de enlace diplomático com a Catalunha sublevada, realizada pelos jesuítas Inácio de Mascarenhas e Paulo da Costa, em Janeiro de 1641.

Historiam-se as diligências feitas para a «liga formal» com a França e a nossa acção diplomática no Congresso de Vestfália, com a continuação das relações luso-francesas até à paz com a Espanha, em 1668. A aliança com os Stuarts e a instauração de relações diplomáticas com a Holanda, tão difíceis de conduzir, em virtude da melindrosa problemática criada pela recuperação ultramarina, para não falar nas diligências de representação nos países do Norte, sobretudo Dinamarca e Suécia, são objecto de meticuloso e documentado estudo. Há um capítulo a relevar entre todos. É o das tentativas de restauração das relações com a Santa Sé, a fim de solucionar a angustiosa situação diocesana do País, carecido, a bem dizer, de hierarquia episcopal. O historiador probo não deixa de ser compreensivo, perante a situação da Cúria Romana. Nessa Europa convulsionada, em que a Espanha ainda representava, apesar de tudo, a maior força política dos países católicos, não era fácil, ao Papa, resolver, a contento dos Restauradores, o nosso problema religioso, sem criar outro mais grave e extenso para os interesses da Cristandade. Dilatar, era a mais natural e, acaso, benévola solução, sem comprometer, substancialmente, o resultado final. Foi o que se verificou, nas negociações de paz com a Espanha, a qual se viu obrigada

a aceitá-la, mercê da habilidade das nossas chancelarias, em jogar com os trunfos oscilantes da amizade inglesa e dos interesses franceses.

A par deste trabalho de conjunto, o historiador aproveita outros para desenvolver ou concretizar, melhor, alguns pormenores desta época, tão fecunda em grande figuras e dramáticas situações. São, assim, excelentes complementos ou comentários a pontos de vista já levemente tocados, *A Importância da Diplomacia na Restauração de Portugal, em 1640* (Coimbra, 1940), *Alguns Documentos da Biblioteca da Ajuda sobre a Restauração* (Lisboa, 1940), *A Restauração e as Colónias Portuguesas* (Lisboa, 1940), *A Acção Diplomática de Portugal no Congresso de Vestfália* (Lisboa, 1942), *Os Mouros ao Serviço da Restauração* (Lisboa, 1942) e *A Missão a Roma do Bispo de Lamego — Século XVII* (Coimbra, 1947).

Durante o desempenho das suas funções consulares, em Hong-Kong, Eduardo Brasão aproveitou o contacto com a civilização chinesa para rever o panorama magnífico das nossas relações diplomáticas directas com o Celeste Império. Ao surpreendê-las retomadas com nova intensidade, nos séculos XVII e XVIII, aproveitou o ensejo para três suculentas monografias: *Subsídios para a História das Relações Diplomáticas de Portugal com a China — A embaixada de Manuel Saldanha (1667-1670)* (Macau, 1948), com a sua tradução inglesa *The embassy of Manuel Saldanha to China (1667-1670)* (Macau, 1948), *Subsídios para a História das Relações Diplomáticas de Portugal com a China — A embaixada de Alexandre Metelo de Sousa e Meneses (1725-1728)* (Macau, 1948), com idêntica versão em inglês *A paper on the History of Portuguese Diplomatic Relation with China — Alexandre Metelo de Sousa e Meneses — His Majesty's Envoy (1725-1728)* (Hong-Kong, 1948), seguindo-se outro trabalho similar, dedicado à enviatura de Francisco de Assis Pacheco de Sampaio, em 1752-1753, publicado em inglês sob a epígrafe *A paper on the History of Portuguese Diplomatic Relations with China — Francisco de Assis Pacheco de Sampayo — His Majesty's Envoy (1752-1753)* (Hong-Kong, 1949).

Destes estudos parciais e referentes a épocas tão distantes, fez Eduardo Brasão o núcleo central de uma visão retrospectiva, alargada até às origens, das nossas relações diplomáticas com o povo chinês em 1516. Leva por título *Apontamentos para a História das Relações Diplomáticas de Portugal com a China (1516-1753)* (Lisboa, 1949).

Em Demanda do Cataio — A Viagem de Bento de Góis à China (1603-1607), (Lisboa, 1954) é, apenas, um episódio; aliás já explorado, nos esforços dos Jesuítas para penetrar por terra no coração do Celeste Império, relatados pelo historiador, à maneira de puro recordatório de circunstâncias, sem preocupações científicas; tal e qual como o volume *Uma velha Aliança* (Lisboa, 1955), publicado por ocasião da viagem do Chefe do Estado a Londres. Aqui, porém, com um aspecto novo. Assinalando os momentos dominantes das relações diplomáticas luso-britânicas, do século XIV a 17 de Agosto de 1943, o autor chamava, oportunamente, a atenção diplomática para o significado remoto de certos factos históricos, que prepararam a aliança formal de 1373. Entre eles, Eduardo Brasão releva — e muito bem — o tratado de Comércio de 1353.

Nesta longa jornada, cujos miliários apontamos, ficam, ainda, estudos incidentais ou intercalares como *Defesa Nacional* (Lisboa, 1925); *Arquivo Diplomático de Portugal* (Lisboa, 1934); *Casamento de*

D. Pedro II com a Princesa de Neubourg — Documentos Diplomáticos (Coimbra, 1936); *A recepção de uma rainha. Festas Lisboetas no século XVII* (Lisboa, 1937), referente à chegada à capital da segunda mulher do mesmo D. Pedro II; *A política europeia no Extremo-Oriente no século XIX — As nossas relações diplomáticas com a China* (Porto, 1938); *A Relação que Contarini escreveu da sua embaixada a Espanha, encontrada entre os papéis do plenipotenciário português José de Faria* (Zaragoza, 1942); *Os Jesuítas e a delimitação do Brasil, de 1750* (Braga, 1940); *D. Afonso VI, Manuscrito da Ajuda, atribuído a António de Macedo* (Porto, 1940); *As Expedições de Duclerc e Duguay Trouin ao Rio de Janeiro* (Lisboa, 1940); *Os quarenta Mártires do Brasil — Relação da Biblioteca da Ajuda sobre o Martírio do Padre Inácio de Azevedo e seus companheiros* (Coimbra, 1943); *Diário de D. Francisco Xavier de Meneses, 4.º Conde da Ericeira (1731-1733)* (Coimbra, 1943); *Portugal no Continente Africano — A Questão Colonial Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX* (Lisboa, 1935) e, ainda, *A Participação Portuguesa nas Conferências Pacifistas da Haia* (Lisboa, 1936). Todos eles expressivos, pelo seu título e conteúdo, e valiosos como achegas para a História da Diplomacia de Portugal, que, em mais vastos moldes, o incansável investigador mantém projectada, representam materiais carreados para a próxima edificação e, quando não, derivativos da sua versatilidade histórica, aguçada por documentação de particular interesse ou oportunidade, em que vai tropeçando.

Resta, por último, um segundo ramo de obras da nossa História Diplomática, a algumas das quais já me referi, mas que vale a pena sublinhar, em alínea àparte. São aquelas que dizem respeito às nossas

relações com a Santa Sé, ou cujo objecto com estas mantém estreitas afinidades.

A História Eclesiástica em Portugal, mais que em nenhum outro país talvez, sente-se indissoluvelmente vinculada à História Civil. Dir-se-iam duas irmãs siamesas, sem haver cirurgião-historiador capaz de as desligar, salvo perigo de morte ou despersonalização para ambas.

Esta realidade secular devia conduzir os historiadores conscientes a um esforço de objectividade e respeito para com os cânones da Ciência. Isentar-se-iam, assim, não só de subserviências ignóbeis a paixões e preconceitos, mas, também, de sectarismos descabidos.

A História conhece uma só servidão: na ordem dos factos, o objectivo; na ordem dos juízos, o justo, senhor daquele sentido de são equilíbrio moral, que não vive, apenas, do articulado esquelético dos esquemas opinativos, mas do razoável relativismo de compreensão das instituições, dos tempos e das circunstâncias, que enquadram e conformam os homens.

Eduardo Brasão, quer nos seus estudos parciais, em que historia as relações de *D. João V e a Santa Sé* (Coimbra, 1937) ou nos *Subsídios para a História do Patriarcado de Lisboa — 1716-1740* (Porto, 1943), tal como, depois, ao estudar as diligências do Bispo de Lamego, D. Miguel de Portugal, quer nas obras mais vastas e de carácter geral, a que já nos referimos — *História Diplomática de Portugal* e *Relações Externas de Portugal — Reinado de D. João V*, para nos falar na interpretação dada aos diplomas concordatários pactuados entre o nosso país e a cúria romana, desde a convenção com D. Sancho II até à Concordata e Acordo Missionário de 1940, em *Colecção de Concordatas Estabe-*

lecidas entre Portugal e a Santa Sé, de 1238 a 1940 (Lisboa, 1941), sabe manter uma linha exemplar. Sem quebra do seu escrúpulo de objectividade, antes aquilitando-o, o historiador, mesmo em momentos, em que a aparente parcialidade dos homens podia dar lugar a irreprimidos ressentimentos, não perde a serenidade.

Tal atitude e correcção constituem um paradigma, para todos nós: aos historiadores eclesiásticos, para que o imitem ao interferir com a história profana; aos historiadores profanos, para seguí-lo, ao interferir com a história eclesiástica.

E eis-me chegado ao fim desta sumária resenha, em que não entram as *opera minora,* com leves excursões revisionais sobre um carácter, uma actividade e uma obra. Por todos os predicados, de que se reveste o homem e o seu trabalho honesto, incansável, em prol da cultura histórica do País e, nomeadamente, num ramo de tão especializado interesse, quer em si, quer na projecção das condições actuais de Portugal no Mundo, esta homenagem ao nosso mais operoso cultor actual da História da Diplomacia Portuguesa, era indeclinável.

Para a nossa Academia, não só constituía um imperativo de consciência, de que acaba de desobrigar-se, mas, também, lhe oferece ensejo para, daqui em diante, por ele, afirmar, junto das Altas Esferas Governativas as nossas aspirações. Mais eficazmente, à luz da sua experiência pessoal, o novo titular poderá despertar a solicitude do Poder, para que se realizem os objectivos da ciência histórica em Portugal, cuja defesa e promoção estatutàriamente nos incumbe.

Senhor Eduardo Brasão, novo académico de número:

Ao dar-lhe as boas-vindas e augurar-lhe um futuro fecundo em ulteriores actividades, na sua cadeira académica, não me iludo sobre as possibilidades historiográficas que as suas absorventes tarefas oficiais lhe darão, num lugar de tanta responsabilidade como é o Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo. A um homem público, não é fácil mantê-las, no mesmo ritmo de fecundo labor que, em pálidas pinceladas, acabo de esboçar.

Mas, se não lhe for possível dar largas ao seu incansável entusiasmo pela indagação e reconstituição histórica da vida diplomática do País no passado, uma coisa, neste momento, julgo poder afirmar, como expressão unânime de todos os seus colegas da Academia Portuguesa da História, e que, longe de corresponder a lisonja efémera, se manterá inalterável a seu respeito para o futuro. É que, nesta casa, por direito de um trabalho honesto e rico em resultados, realizado até aqui, V. Ex.ª, como dizia Sir Austen H. Layard, na Câmara dos Comuns, aos 15 de Janeiro de 1855, e a certo propósito, será sempre, *the right man to fill the right place.*

Tenho dito.

2037

Esta publicação foi composta pela Editora Gráfica Portuguesa, Lda., e acabou de se imprimir a 31 de Julho de 1957, na Rua Nova do Loureiro, n.os 18 a 34 — Lisboa